



MPMT
Ministério Público
do Estado de Mato Grosso

Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Histórico e
Cultural, do Meio Ambiente Urbano e de Assuntos Fundiários.

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.urbe@mpmt.mp.br

CAO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL, MEIO AMBIENTE URBANO E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS



EDIÇÃO 01/2024

SUMÁRIO

Novidades Legislativas.....	03
Notícias.....	04
Jurisprudências.....	05
MPMT em Ação.....	07
Notícias do CNMP e Outros Ministérios Públicos.....	10
Artigos.....	11



EQUIPE DO CAO URBE

Carlos Eduardo Silva – Promotor de Justiça – Coordenador

Marcio Florestan Berestinas – Promotor de Justiça – Coordenador-Adjunto

Marina Paula Signor Bernardes – Auxiliar Ministerial

Edilaine Ribeiro Cardozo – Residente

NOVIDADES LEGISLATIVAS

ESTADUAL

- Decreto nº 678 DE 01/02/2024 - Regulamenta o art. 46-A, o art. 46-B e o art. 46-C da Lei nº 9.096, de 16 de janeiro de 2009, que “Dispõe sobre a Política da Pesca no Estado de Mato Grosso e dá outras providências”.
- Decreto nº 677 de 01/02/2024 - Regulamenta o Art. 19-A da Lei nº 9.096, de 16 de janeiro de 2009, que Dispõe sobre a Política da Pesca no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.
- Decreto nº 680 de 02/02/2024 - Altera o Decreto nº 1.313, de 11 de março de 2022, que regulamenta a Gestão Florestal do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 788 de 18/01/2024 - Altera a Lei Complementar Nº 38/1995, que dispõe sobre o Código Estadual do Meio Ambiente.
- Lei Complementar nº 786 de 08/01/2024 - Altera a Lei Complementar Nº 592/2017, que dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a regularização ambiental dos imóveis rurais e o licenciamento ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais.
- Lei Complementar nº 785 de 08/01/2024 - Altera a Lei Complementar Nº 592/2017, que dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a regularização ambiental dos imóveis rurais, e o licenciamento ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais.

NOTÍCIAS

- Comissão aprova projeto que prevê redes elétricas subterrâneas em locais tombados
- Governo investe R\$ 78,5 milhões para obras de saneamento em municípios de MT
- Lei concede novo prazo para município elaborar Plano de Mobilidade Urbana
- Indústria do plástico engana público sobre reciclagem há 50 anos, diz relatório
- Comissão aprova projeto que cria política de recuperação de cursos de água urbanos
- STF e Exército assinam acordo para implantação de planos de sustentabilidade
- Comissão aprova projeto que obriga municípios a construir redes de água antes de pavimentar ruas
- Cerca de 77 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos foram geradas no país em 2022
- Aumenta o acesso da população brasileira à coleta de lixo
- Projeto estabelece prazo para tombamento provisório de imóvel de valor histórico
- Cidades administradas por mulheres são destaques nos índices de saneamento
- Censo mostra avanço do Brasil no acesso a água, esgoto e coleta de lixo
- Município pode apoiar a implantação da logística reversa e reduzir o custo da coleta
- Nova cartilha da CNM orienta gestores municipais para encerramento de lixões
- Projeto aumenta rigor no descarte de baterias de produtos eletrônicos
- Desperdício de água: vazamentos são responsáveis por 60%
- Ao custo global de R\$ 3,1 tri, manejo de resíduos pode virar negócio, como o biometano brasileiro
- Supremo decidirá sobre lei que proíbe pesca profissional em MT
- Comissão aprova projeto que beneficia indústria de reciclagem brasileira

JURISPRUDÊNCIA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- STF: Supremo suspende reintegração de posse de área ocupada por famílias em Belo Horizonte (MG)
- STF suspende reintegração de posse de área ocupada por comunidade tradicional no oeste da Bahia

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Intervenção consolidada não justifica continuidade de degradação ambiental, diz STJ
- Segunda Turma admite indenização por dano ambiental mesmo sem prova do prejuízo
- STJ: Uso de água mineral retirada do subsolo para processos industriais depende de autorização federal

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- TRF4: Sentença determina recuperação de fachada de imóvel do Centro Histórico de Laguna
- TRF4: Celesc terá que indenizar por danos a veículo causados por cabos de energia caídos sobre rodovia
- TRF4: União é condenada a indenizar comunidade agrícola em função de demora em regularização fundiária

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

- TJMT decide que é inconstitucional dispensar automaticamente exigência de licença ambiental
- APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – POLUIÇÃO AMBIENTAL – LANÇAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO EM ÁREA VERDE – AUSÊNCIA DO SERVIÇO PÚBLICO – DEVER DO PROPRIETÁRIO EXECUÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE REMOÇÃO DE DEJETOS DOMICILIAR – FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA – QUANTUM ADEQUADO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Acesse o inteiro teor da decisão [**AQUI**](#).
- APELAÇÃO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL – DESCARTE IRREGULAR DE EFLUENTES NÃO TRATADOS – RISCOS AO MEIO AMBIENTE E À SAÚDE PÚBLICA – NECESSIDADE DE REGULARIZAÇÃO – OBRIGAÇÃO CONSTITUCIONAL – DEVER DO ENTE PÚBLICO – GARANTIA DO SANEAMENTO BÁSICO – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES - SENTENÇA REFORMADA – RECURSO PROVIDO. Acesse o inteiro teor da decisão [**AQUI**](#).
- APELAÇÃO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA – REJEITADA - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – DESOCUPAÇÃO E DEMOLIÇÃO DE CONSTRUÇÃO REALIZADA EM DOMÍNIO PÚBLICO - DEGRADAÇÃO AMBIENTAL – CONFIGURAÇÃO – MEDIDA IMPOSITIVA DE PRESERVAÇÃO - REGULARIZAÇÃO DA ÁREA – IMPOSSIBILIDADE - SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Acesse o inteiro teor da decisão [**AQUI**](#).
- RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. RESCISÃO CONTRATUAL. LOTEAMENTO RURAL IRREGULAR. CHÁCARA DE RECREIO. CONSTRUÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. FRACIONAMENTO DO SOLO EM DESRESPEITO À FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO. EMBARGOS DA ATIVIDADE. RESCISÃO DO PACTO POR CULPA EXCLUSIVA DA CONSTRUTORA RECONHECIDA NA ORIGEM. RESTITUIÇÃO DO VALOR DEVIDA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. Acesse o inteiro teor da decisão [**AQUI**](#).
- AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL – DEFERIMENTO PARCIAL DA TUTELA DE URGÊNCIA - SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES – LOTEAMENTO IRREGULAR – APRESENTAÇÃO DA RELAÇÃO DE LOTES JÁ ALIENADOS E SEUS ADQUIRENTES – AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA DO IMÓVEL – CONHECIMENTO DE TERCEIROS SOBRE A EXISTÊNCIA DA ACP – POSSIBILIDADE - DECISÃO MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Acesse o inteiro teor da decisão [**AQUI**](#).
- APELAÇÃO CÍVEL – AMBIENTAL – EMBARGOS À EXECUÇÃO – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA – MULTA POR INFRAÇÃO AMBIENTAL – LANÇAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS SEM QUALQUER TRATAMENTO – LESÃO AO MEIO AMBIENTE INCONTROVERSA – OBSERVÂNCIA AO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA – LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – IMPOSSIBILIDADE DE AFASTAMENTO DA PENALIDADE EM RAZÃO DE ADOÇÃO DE MEDIDAS POSTERIORES – REDUÇÃO DA MULTA – DESCABIMENTO – MINORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS POR EQUIDADE – IMPOSSIBILIDADE – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Acesse o inteiro teor da decisão [**AQUI**](#).

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

DESATIVAÇÃO DOS LIXÕES NA BAIXADA CUIABANA

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT) promoveu, reunião para discutir a adesão dos municípios à gestão consorciada dos resíduos sólidos na Região Metropolitana, verificar como estão as estratégias para o gerenciamento dos resíduos sólidos e desativação dos lixões, bem como ouvir os prefeitos e esclarecer dúvidas sobre o assunto.



[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MPMT E UFMT INICIAM ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO POR SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA



O município de São Félix do Araguaia, distante 1.018 km de Cuiabá, será o primeiro do estado a receber a equipe do Observatório do Saneamento Ambiental, projeto desenvolvido pela Universidade Federal de Mato Grosso com recursos do Banco de Projetos e Entidades do Ministério Público Estadual (Bapre).

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MPMT: CÂMARA É NOTIFICADA SOBRE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE DE PLC

A Procuradoria-Geral de Justiça e a 29ª Promotoria de Justiça Cível de Cuiabá - Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística notificaram, o presidente da Câmara Municipal, vereador Francisco Carlos Amorim Silveira (Chico 2000), a respeito dos vícios de inconstitucionalidade do Projeto de Lei Complementar nº 13/2024.



[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MPMT: MUNICÍPIO É NOTIFICADO A IMPOR LIMITES PARA USO DE CARRETINHAS DE SOM



O Ministério Público do Estado de Mato Grosso notificou o prefeito de Várzea Grande, Kalil Baracat, e a Câmara Municipal para que analisem a possibilidade de promover a regulamentação para o uso das “carretinhas de som” e “paredões”.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

INSTITUIÇÕES DEBATEM RECUPERAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ

Com o objetivo de ampliar o debate sobre a defesa e proteção do Patrimônio Histórico e Cultural de Cuiabá, especialmente do Centro Histórico, a Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Probidade e do Patrimônio Público promoveu uma reunião interinstitucional, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça. “É preciso a atuação interdisciplinar para proporcionar o compartilhamento de estudos práticos, teóricos e experiências dos diversos setores e agentes públicos e privados”, declarou o procurador de Justiça Edmilson da Costa Pereira, na abertura do encontro. (...)

O promotor de Justiça Carlos Eduardo Silva, coordenador do Centro de Apoio Operacional (CAO) do Patrimônio Histórico e Cultural, do Meio Ambiente Urbano e de Assuntos Fundiários, fez um retrospecto do cenário e da atuação do MPMT nos últimos anos em busca da preservação do Centro Histórico de Cuiabá e apontou como grande desafio a disputa entre o novo e o velho. Destacou pontos positivos, como o tombamento da região no fim da década de 80, e negativos, como desmoronamentos, reformas mal sucedidas e descaracterização das edificações.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

MPMT VISITA USINA DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM CUIABÁ

O objetivo da visita foi conhecer o local e a dinâmica de recebimento das caçambas, dos materiais nelas acondicionados, e de como esses resíduos são recebidos e processados. Além de esclarecer questões tarifárias e quanto a regularidade do local (licenciamento ambiental). A visita contou com a participação de representantes da LIMPURB, aRSEC e SINDIRECICLE.



NOTÍCIAS DO CNMP E OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

CNMP DESENVOLVE ESTRATÉGIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ASSINADO COM PACTO GLOBAL DA ONU

A Comissão do Meio Ambiente (CMA) do Conselho Nacional do Ministério Público se reuniu com o “Pacto Global Brasil - Movimento Impacto Amazônia”, na sede do CNMP, em Brasília. O objetivo foi conhecer o projeto de preservação ambiental idealizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e desenvolver estratégias para a implementação do acordo de cooperação técnica firmado entre as duas instituições.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MPDFT: CASA DO ARTESÃO GDF É OBRIGADO A RECONSTRUIR OS DOIS PAVIMENTOS DO IMÓVEL HISTÓRICO

A Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (Prodema) conseguiu que a Justiça determinasse a reconstrução dos dois pavimentos da atual Casa do Artesão. A decisão da 1ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios foi favorável à ação civil pública impetrada pelo MPDFT.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MPMG: DIANTE DA FALTA DE LICENCIAMENTO E ESTUDOS PRÉVIOS, MP PEDE NA JUSTIÇA PARALISAÇÃO DE OBRAS PARA IMPLANTAÇÃO DE CICLOVIA NO CENTRO DE BH

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ajuizou Ação Civil Pública (ACP) contra o Município de Belo Horizonte e a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap) em que pede, à Justiça, a paralisação imediata das obras de implantação de uma ciclovia na Avenida Afonso Pena, no Centro da capital.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MPRN: FIRMA TAC PARA EVITAR POLUIÇÃO SONORA EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL DE MOSSORÓ

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com um estabelecimento comercial em Mossoró buscando evitar a poluição sonora no local. O documento foi publicado no Diário Oficial do Estado desta quinta-feira (18) e define multa de até R\$ 100,00 por dia ou fixa de até R\$ 2.000,00 em caso de descumprimento.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

ARTIGOS



- Uso não se tomba
- Crime de poluição ambiental e a dispensa de prova pericial em crimes de perigo abstrato
- Som, ruído, poluição sonora e proteção legal — questões práticas
- Um plano diretor para o subsolo



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

